



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA
EDUCAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

JAVANA GARCIA DA SILVA

**A (IN)VISIBILIDADE DO FEMININO NA OBRA
MENINO DE ENGENHO, DE JOSÉ LINS DO REGO**

JOÃO PESSOA – PB

2014

JAVANA GARCIA DA SILVA

**A (IN)VISIBILIDADE DO FEMININO NA OBRA
MENINO DE ENGENHO, DE JOSÉ LINS DO REGO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Ana Lúcia Maria de Souza Neves

JOÃO PESSOA – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586i Silva, Javana Garcia da
A (In)visibilidade do Feminino na Obra Menino de Engenho, de José Lins do Rego [manuscrito] : / Javana Garcia da Silva. - 2014.
37 p.
Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Ana Lúcia Maria de Souza Neves, Departamento de Letras".
1. Educação. 2. Identidade feminina. 3. Cultura patriarcal. 4. Sociedade Nordestina. I. Título.

21. ed. CDD 370

JAVANA GARCIA DA SILVA

**A (IN)VISIBILIDADE DO FEMININO NA OBRA
MENINO DE ENGENHO, DE JOSÉ LINS DO REGO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: 26.07, 2014.

Ana Lúcia Maria de Souza Neves

Profª Drª Ana Lúcia Maria de Souza Neves/ UEPB

Orientadora

Cléa Gurjão Carneiro

Profª Ms Cléa Gurjão

Examinadora

Teresa Neuma de Farias Campina

Profª Ms Teresa Neuma Campina Farias

Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família,
por ser ela minha verdadeira fortaleza.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, Senhor de tudo, e Pai generoso, que tornou possível minha caminhada até mais esta conquista em minha vida.

Aos meus pais, Javan e Vera, pelas paciência, compreensão, e eternos apoio e encorajamento, com os quais posso contar em todos os momentos, sobretudo nos mais difíceis.

Às minhas irmãs Jarlene e Jeana, e ao meu cunhado Mirocem, por estarem sempre ao meu lado. Pessoas nas quais mais confio e com quem posso contar indubitavelmente.

Ao meu sobrinho Gustavo, fonte de alegrias e de esperança na continuidade e na renovação de minha pequena e maravilhosa família – tesouro maior de um ser humano.

Aos meus vizinhos de toda a vida, que são parte de minha família de coração, Zenilda e Célio, que considero meus segundos pais; e Ticiano e Túlio, meus irmãozinhos queridos, que sempre estiveram presentes em minha existência, me alegrando, incentivando e ajudando em inúmeras ocasiões. E com os quais compartilho ótimas recordações.

E à minha professora e orientadora Ana Lúcia Maria de Souza Neves, pela dedicação e tempo a mim dispensados, pela orientação sempre esclarecedora nas conversas e sugestões de leitura, assim como, pelo estímulo positivo em diversas situações desta árdua, porém gratificante jornada.

Uma das qualidades mais importantes do homem novo e da mulher nova é a certeza que têm de que não podem parar de caminhar e a certeza de que cedo o novo fica velho se não se renovar.

(Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise das imagens representadas pelas figuras femininas na obra *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego, cuja literatura, em boa parte, e, sobretudo, na trilogia *Menino de Engenho*, *Doidinho* e *Banguê* se demonstra, frequentemente, sob o signo da figura masculina, como gerenciador da realidade, agente ativo das narrativas; enquanto a mulher é o agente passivo, que em suas diversas formas, participa, porém não interfere de maneira decisiva no enredo. A representação da figura feminina é, invariavelmente, percebida pela ótica masculina, algumas vezes como seu objeto de desejo, outras como motivo de sua ruína. Para tanto, abordamos alguns fatores históricos, sociais e políticos que influenciaram o tom paternalista e patriarcal da obra, centrando a nossa atenção na figura do narrador. Em seguida, analisamos o papel da mulher, ou melhor, das mulheres no enredo da obra - *Menino de Engenho* - a fim de verificar e compreender os porquês da quase ausência de visão e versão femininas na história.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade feminina. Cultura patriarcal. Sociedade Nordestina.

RÉSUMÉ

Ce travail vise à présenter une analyse des images représentées par des figures féminines dans l'œuvre *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego, dont la littérature, en grande partie, et en particulier, dans la trilogie *Menino de Engenho, Doidinho e Banguê* est souvent représentée sous le signe de la figure masculine, en tant que gestionnaire de la réalité, un agent actif de la narration, tandis que la femme est l'agent passif, qui, dans ses diverses formes, participe, mais n'interfère pas de manière décisive dans la parcelle. La représentation de la figure féminine est toujours perçue du point de vue de masculine, parfois comme l'objet de son désir, d'autres comme la raison de sa chute. Tout d'abord, nous discutons de certains facteurs historiques, sociaux et politiques qui ont influencé le ton patriarcal et paternaliste de l'œuvre, ayant comme point central de notre attention la figure du narrateur. Ensuite, nous analysons le rôle des femmes dans l'œuvre - *Menino de Engenho* - afin de vérifier et de comprendre le pourquoi de l'absence presque totale de la vision et la version féminine dans l'histoire.

MOTS-CLÉS : Identité féminine. Culture patriarcal. Société Nord-Est du Brésil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 A FIGURA FEMININA NA HISTÓRIA E NA LITERATURA DOS ANOS 1930 ... 11	
2.1A MULHER NOS CENÁRIOS HISTÓRICO E LITERÁRIO BRASILEIROS.....	12
2.2A MULHER NA HISTÓRIA E LITERATURA NORDESTINAS	14
3 CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO EM QUE A OBRA FOI ESCRITA	17
3.1A SITUAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA DO BRASIL.....	17
3.2A SITUAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA DO NORDESTE.....	19
4 BIOBIBLIOGRAFIA DO AUTOR	25
4.1 VIDA.....	25
4.2 OBRA.....	26
5 A (IN)VISIBILIDADE DO FEMININO	27
5.1 ANÁLISE DA IDENTIDADE FEMININA EM <i>MMENINO DE ENGENHO</i>	29
6 CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira na origem de sua formação foi constituída por culturas diversas. A indígena (população nativa já existente muito antes da “descoberta” feita pelos portugueses, e subdividida em inúmeras tribos), a europeia (mais especificamente, os povos da Península Ibéria - Portugal e Espanha), e a africana (tão heterogênia quanto à indígena, pois seus elementos foram tomados de diversos pontos daquele grande continente). E estas culturas, ao longo do tempo, foram se mesclando, criando um emaranhado de outras novas culturas, por vezes, peculiares e de características bem definidas e marcantes; por outras, quase sem identidade delineada ou consolidada, tal a dificuldade de caracterizá-las diante da falta de delimitações de suas particularidades.

No entanto, dentre os diversos aspectos que compuseram nosso modo de viver e pensar, um se destaca: a forte influência patriarcal, invariavelmente presente nas culturas das quais derivamos. Verificando-se esta forte tendência ao predomínio do signo masculino não somente no comportamento social e familiar, ainda hoje vigente; como também em nossa tradição literária.

Este poder autoritário e repressor do homem sobre a mulher reflete-se, sobremaneira, na literatura regionalista nordestina. Na qual a figura feminina aparece subjugada à brutalidade e aos desejos masculinos. O universo feminino e sua visão de mundo não são contemplados no mesmo grau que o masculino, chegando-se ao ponto de relegar as figuras femininas, continuamente e quase sem exceções, a posições secundárias, como participantes passivas e de pouca expressão dentro da trama.

Mesmo que em vários momentos, elas estejam presentes, nestes episódios em que são descritas, aparecem quase como vítimas ou observadoras passivas das circunstâncias e situações que ocorrem, sem que possam realmente interferir ou mudar o rumo dos acontecimentos, apenas percebê-los e, resignadamente, aceitá-los. Sejam estes acontecimentos justos ou não, a mulher em seu papel quase sempre submisso e conformista, termina, mesmo que algumas vezes relutante, acatando o que lhe é determinado.

Assim, compondo um panorama de seu tempo e meio, o escritor paraibano José Lins do Rego nos apresenta, repetidamente, representações de mulheres típicas de um contexto machista, no qual elas não têm voz própria, sendo assim retratadas a partir do ponto

de vista do homem, que por mais sensível e empático à situação delas, dificilmente consegue se desvencilhar de preconceitos já arraigados a cerca da postura e posição que a mulher deve assumir dentro da família e da sociedade. Notadamente temos sua narrativa memorialista permeada de referências do universo masculino.

Neste contexto, não obstante a importância da mulher como ser protetor e apaziguador, ela permanece à sombra dos acontecimentos, ou, surgindo destacada em situações nas quais não passa de uma frágil vítima do preconceito e violência provocados pelo machismo. Ou mesmo, devido a sua debilidade física, muitas vezes, é acometida de doenças, das quais, dificilmente, consegue se recuperar, ao contrário dos homens, que em inúmeras ocasiões, escapam da morte quase iminente. E prevalecem as figuras masculinas em seus tipos mais diversos, desde o senhor de engenho – cercada por uma áurea de poder, até os moleques mais humildes – que vivem em torno do personagem principal como amigos e “professores das coisas da vida”. É neste universo, explicitamente viril, que o menino vai narrar sua trajetória de amadurecimento, de dores e alegrias, perdas e conquistas.

Esta cultura patriarcal de nossa sociedade advém da conjunção de fatores sócio-econômicos e históricos, como a colonização de exploração e escravocrata, juntamente com um modelo familiar essencialmente patriarcal, oriundo de tempos imemoriais e culturas múltiplas, no qual a mulher se encontra em uma posição submissa à força do homem, seja ele – pai, irmão, marido ou filho – que desempenhe o papel de provedor/opressor. Segundo Freyre (1998, p. 114):

“Resultado da ação persistente desse sadismo, de conquistador sobre conquistado, de senhor sobre escravo, parece-nos o fato, ligado naturalmente à circunstância econômica da nossa formação patriarcal, da mulher ser tantas vezes, no Brasil, vítima inerte do domínio ou do abuso do homem; criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou marido”.

De fato, no percurso de formação da “cultura brasileira” remaneceram comportamentos e posturas do período da colonização; os quais delinearam um perfil de sociedade ainda hoje capitaneada pelo arbítrio masculino; mesmo que na atualidade isto não seja mais uma verdade absoluta.

Isto exposto, buscaremos neste trabalho de caráter bibliográfico, fazer um estudo da apresentação da figura feminina em uma das grandes obras da literatura brasileira - *Menino*

de Engenho, de José Lins do Rego, a fim de observarmos as formas e situações que enquadram a mulher de maneira secundária.

Esta pesquisa está baseada na leitura, análise e interpretação do livro *Menino de Engenho*, bem como, na pesquisa e estudo de referências teóricas que possam embasar a discussão aqui formulada acerca da pouca visibilidade do mundo feminino na obra citada. Assim como uma contextualização sociocultural do autor e as implicações destes fatores em sua literatura, especialmente, em *Menino de Engenho*, seu primeiro romance publicado. E pelo qual ficou reconhecido, como grande contador da realidade sertaneja do coronelismo e da economia açucareira de seu tempo.

2 A FIGURA FEMININA NA HISTÓRIA E NA LITERATURA DOS ANOS 1930

Até os anos 30 no Brasil, a educação da mulher ainda era voltada exclusivamente para o provimento das necessidades domésticas, uma formação direcionada para o casamento – comumente arranjado. E suas principais qualidades seriam a docilidade, a submissão e a obediência irrestrita ao esposo. Além, claro, de ser bem prendada, isto é, possuidora de aptidões domésticas.

Neste período, no entanto, ela começa a estudar o elementar, sobretudo porque precisa cuidar da economia doméstica, ajudando o marido a fazer seu salário render, e auxiliando os filhos homens em seus deveres escolares. Também, surgem as escolas normais, e muitas jovens, sobretudo as pertencentes às classes menos favorecidas, passam a estudar o magistério, vislumbrando uma capacitação para o trabalho como professoras primárias, que lhes proporcionará uma renda extra para ajudar em casa e propiciará a aquisição de alguns desejos materiais, como apetrechos de moda. Mesmo assim, o objetivo principal ainda continua sendo o casamento com um bom partido, que fará com que abandonem esta profissão para dedicar-se completamente a família. (Del Priore, 2007)

A década de 1930 é apontada por muitos estudiosos como um período de muitas mudanças que se iniciam ou tomam mais vigor no que diz respeito a posição da mulher na família e nos diversos aspectos da vida social.

De acordo com Carlos Bauer (2001), e, outros estudos sobre a mulher na sociedade patriarcalista, houve várias transformações no campo ideológico, algumas acompanhadas de várias mudanças. Ideias discutidas por Carlos Bauer no seu livro *Breve História da Mulher no mundo ocidental*:

“A partir da Revolução Francesa as mulheres começaram publicamente a intensificar sua atividade política e passaram a reivindicar direitos sociais e legais tais como: o divórcio, o direito de receber uma educação completa e adequada aos novos desejos da mulher moderna.”(2001, p.64)

Assim como consequência das revoluções burguesas, verifica-se que as mulheres através de incentivos de algumas precursoras dos movimentos feministas, iniciaram a participar publicamente e intensificar suas atividades políticas, sociais e culturais, passando a reivindicar os muitos direitos que lhes foram negados.

2.1 A MULHER NOS CENÁRIOS HISTÓRICO E LITERÁRIO BRASILEIROS

Em se tratando de sociedade brasileira, desde os primórdios de nossa formação sociocultural, verificamos a prevalência de um sistema de dominação exclusivamente masculino, que constantemente negou à mulher seus direitos, um sistema de domínio e dependência imposto tanto pela força física, quanto financeira.

Quanto ao papel da figura feminina no desenvolvimento do sistema colonial brasileiro, sua condição era de submissão ao pai e aos irmãos, e após o casamento, ao marido e a toda sua família; pois nesta nova família à qual pertenceria, não só os homens, mas também as outras mulheres, sogra e cunhadas eram hierarquicamente superiores a ela.

Isso não significa que todas as mulheres aceitavam passivamente esta condição. Nem todas eram naturalmente, ou até forçadamente, dóceis e submissas. Mesmo sob enorme opressão familiar e social, elas sempre buscavam formas de minimizá-la e liberar-se de alguma maneira das amarras que lhe eram impostas, tentando se opor ou se sobrepor ao seu algoz ou alguém que fosse por algum razão especial mais fraco que elas mesmas.

Enquanto a mulher branca colonial se encontrava presa no interior de uma família patriarcal, na qual o comando de tudo e todos era totalmente concentrado na figura masculina, detentor de uma autoridade inquestionável sobre a mulher e os filhos. A mulher negra, dentro do processo histórico do Brasil colônia, na posição de escrava, era considerada um objeto de compra e venda, sendo utilizada muitas vezes como um objeto sexual, ama-de-leite para os filhos dos brancos e vítima das iras das sinhazinhas. Isto significa que além de ser submissa ao homem, seja ele qual fosse, a negra também era subjugada por outra mulher – a branca – muitas vezes tão ou mais preconceituosa e perversa que o próprio homem, por questões como ciúmes, e, também para descontar e descarregar as frustrações de suas inferioridade e infelicidades, praticando algum poder e autoridade em seu meio.

Durante a República Velha (1889 a 1930), no Brasil, vivia-se um período em que as mulheres continuavam a não serem vistas como cidadãs de primeira classe, algo exclusivamente reservado aos homens. Permaneciam privadas dos seus direitos sociais, tais como: voto, independência financeira através da participação nos meios de produção e trabalho, exposição de suas opiniões e ideias publicamente etc.

Em 1932, enfim, o direito do voto feminino foi aprovado, com uma nova constituição eleitoral, depois do golpe que levou Getúlio Vargas ao poder. Ainda assim, esse direito foi exercido por poucas mulheres. Somente tornou-se popular a partir de 1945, com a redemocratização do país.

No que se refere à história literária da mulher no Brasil, embora desde os anos 1800 existissem referências a mulheres escritoras – quase todas usavam pseudônimos masculinos e nunca foram reconhecidas; é somente a partir das primeiras décadas do século XIX, que os primeiros expoentes da literatura brasileira feminina começaram a publicar suas obras e alcançar certo destaque. Mulheres como: Clarice Lispector, que faria uma obra mais introspectiva; Rachel de Queiroz, primeira mulher a abordar de forma direta e incisiva questões sociais; e a militante Patrícia Galvão, mais conhecida como Pagu, que marcou presença na imprensa com textos feministas.

A participação feminina nos meios de produções intelectuais e culturais deste período são inegáveis e de valor inestimável. Assim como a intensificação de sua atuação nas vida cívica e política brasileiras, através de manifestações públicas e de opinião, sobretudo nas frentes comunistas e no movimento integralista. Também, com o advento da

industrialização do Brasil, as mulheres começaram a entrar no mercado de trabalho, em outros setores, senão apenas o de professora, mas em profissões consideradas compatíveis com sua “natureza” e de pouca exigência física, como: enfermeira, datilógrafa, secretária, telefonista e, mesmo operária em alguns setores da indústria.

Neste sentido, a inserção da mulher no mercado de trabalho e na vida civil e cultural tiveram como consequência o declínio de diversos paradigmas acerca do seu papel social, o que possibilitou novos avanços em uma luta infindável pela conquista de uma posição igualitária entre os sexos. Batalha esta que se trava até os dias atuais, mesmo se considerando as várias conquistas alcançadas e uma relativa relação de equidade. Isto porque, mesmo hoje, a exaltada igualdade entre os gêneros é em, muitos contextos inexistente, e pessoas de ambos os sexos ainda conservam uma mentalidade preconceituosa quanto à posição da mulher. Em realidade, as mulheres ainda são discriminadas em relação ao trabalho, ao seu desempenho em situações de comando, como na política, e até em relação ao seu comportamento, que é julgado de maneira diferenciada a do homem, exigindo-se dela uma postura mais conformista, recatada, prudente, entre outras.

2.2 A MULHER NA HISTÓRIA E LITERATURA NORDESTINAS

Por ser o Nordeste a região na qual primeiro se deu o encontro de raças e, conseqüentemente, uma intensa mestiçagem, tendo como resultado a formação de uma população de difícil identificação e catalogação quanto à cor ou à ascendência, sempre sofremos com uma visão preconceituosa por parte, sobretudo, das regiões Sul e Sudeste, de que aqui, possuíamos hábitos e relações pessoais e sociais marcadas por uma certa perniciosidade e falta limites claros entre classes e grupos sociais. O Nordeste, também, desde os primórdios da colonização e até hoje, sempre foi marcado pela ideia de um lugar de relações sociais marcadas pelo apadrinhamento, pelo compadrio e outros adjetivos atribuídos pejorativos quanto à nossa natureza, como um povo de mentalidade atrasada e posicionamento reacionário nas questões políticas. Além, da indissociável concepção de uma região irremediavelmente subdesenvolvida social e economicamente.

Nessa perspectiva, a mulher nordestina e/ou sertaneja foi ainda mais estigmatizada como extremamente submissa e alienada, imagens que perduram até os dias atuais. Por outro lado, àquela que se impunha e praticava determinados comportamentos, demonstrando uma personalidade mais forte, era tida, como dizia a letra de uma conhecida música, entre outras máximas populares, como “mulher macho”, expressão, que algumas vezes valorava a força e a coragem de uma lutadora em meio a um ambiente hostil, tanto social, como quanto às condições físico-geográficas; porém, em grande parte, este atributo foi e é utilizado de maneira depreciativa, de forma a diminuir esta mulher. Afinal, em uma sociedade marcada pelo machismo, a falta de feminilidade parece ser uma deformidade física e moral.

Para Michelle Perrot (2005, p. 26): “A história das mulheres também não mudou muito o lugar ou a “condição” destas mulheres. No entanto, permite compreendê-los melhor. Ela contribui para sua consciência de si mesmas, da qual é certamente ainda um sinal.”

E dentro da perspectiva da Micro-História, e da abordagem de Perrot, faz-se necessário reconstruir as várias representações e imagens que ao longo de décadas caracterizaram a mulher nordestina.

Para se analisar e compreender a mulher nordestina desde suas primeiras representações até à de hoje, é necessário perceber seu meio e seu papel dentro de um contexto realista, sobretudo, na família e na sociedade, sem pré-julgamentos e afirmações obsoletas – tais como sofrida e inculta - de quem é esta mulher. Outro ponto de importante análise é o discurso construído a partir desta imagem, verificando-se se este corresponde à realidade, fazendo uma reflexão sobre os estereótipos, as falas e os temas veiculados nas narrativas acerca da mulher nordestina; presentes especialmente nos meios de comunicação social, na literatura, até mesmo na visão do senso comum que outras regiões geográficas do país como Sul e Sudeste têm sobre a mulher nordestina.

A década de 1930, como herança das conquistas da geração de 1922, apresentou expressivos escritores e romances para a literatura brasileira. Dentro deste contexto, destaca-se a consagração de grandes autores nordestinos. Neste caso José Lins do Rego, com sua obra inicial *Menino de Engenho*. Publicado em 1934, esse romance foi bem recebido pela crítica e público. Tornando-se referência pela representação da realidade nordestina de seu tempo.

Na literatura nordestina de 1930, temos o predomínio da temática sertaneja, com sua economia açucareira, e seu pensamento, inegavelmente, patriarcal. Diante disto, percebemos que esta literatura regionalista mantém um padrão, ainda muito arraigado à visão masculina acerca do mundo e dos acontecimentos. A realidade social dos engenhos, seus senhores e funcionários (ou, seria melhor dizer, criados). Sendo as mulheres, em suas diversas posições sociais, sempre submissas e dependentes do homem.

A prosa de ficção do decênio de 30 produziu uma literatura com trabalhos históricos e sociológicos sobre a realidade brasileira. As figuras do senhor e do trabalhador do campo, em um estado social precário e subumano foram grandes destaques em várias obras.

Neste período, os escritores, na maioria, nordestinos escrevem romances com teor ‘social’ e de ‘denúncia’ e ‘proletário’, o que seria a grande novidade do decênio. Contudo, em *Menino de Engenho*, a história familiar do menino Carlinhos e sua visão infantil acerca de seu meio social, não criam juízo de valor acerca da exploração ou desigualdade entre os habitantes do engenho. Isto dito, podemos afirmar que “a literatura tem por finalidade representar a realidade, e ela o faz com certa conveniência”. (COMPAGNON, 2001, p. 114)

É certo que, em cada período, cada autor procura relatar um aspecto específico do seu presente. Contudo, infere-se que, no ato de criação da obra, outras peculiaridades deverão ser analisadas, a depender do que ela for tratar, pois, em um contexto ficcional, “é preciso entender a lógica das visões de mundo, dos juízos de valor e das opiniões políticas que os escritores elaboram os textos”. (FACINA, 2004, p. 46)

A partir da década de 30, dentre as obras literárias célebres surgidas que enfatizam tipos brasileiros, especialmente os do Sertão, não podemos deixar de citar o clássico *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. Neste livro, a mulher nordestina/sertaneja é representada pela figura de Sinhá Vitória, uma típica mulher sofredora e resignada, a qual o autor apresenta, logo de início, em um contexto de miséria, onde a mesma não consegue realizar nem os seus mais míseros sonhos, como ter uma cama de couro e sucupira. Da mesma forma como esta personagem se apresenta, tudo o mais que foi e ainda é pensado sobre a mulher nordestina/sertaneja, constitui uma imagem de pobreza extrema, refletida, inclusive, em sua fisionomia; assim como uma existência, na qual uma sucessão de infortúnios irremediáveis ocorre sem maiores questionamentos ou reflexões. E é essa visão acerca da mulher nordestina, limitada e ultrapassada, que ainda perdura, tanto na literatura, quanto no senso comum.

A falta de diversidades de qualquer ordem, seja social, comportamental, e mesmo geográfica – descrita sempre como árida e isolada da civilização - não contemplando as diferentes realidades entre Estados e microrregiões, é também uma reprodução da visão permeada de pré-julgamentos, ínfimo conhecimento e inegável menosprezo pela cultura, indivíduos, riquezas e peculiaridades que constituem a sociedade nordestina.

3 CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO EM QUE A OBRA FOI ESCRITA

3.1 A SITUAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA DO BRASIL

No Brasil, do final dos anos 20, os brasileiros lutavam pelo fim da dominação política da oligarquia cafeeira, e ansiavam por conquistas como: democracia consolidada, eleições diretas para presidente com o voto secreto, liberdades e direitos garantidos por uma Constituição formulada por representantes escolhidos pelo povo, liberdade de organização sindical, economia diversificada e forte. O país passava por um momento difícil em relação as eleições presidenciais, mas a Revolução de 30 colocou um ponto final na Velha República, que durou da Proclamação da República, em 1889, até 13 presidentes depois, em 1930.

Na política, os governantes eram escolhidos pelas oligarquias rurais de São Paulo e Minas Gerais, que se revezavam na Presidência, na chamada política do “Café-com-Leite”. As eleições, apesar de diretas, eram restritas a quem tinha posses e escolaridade. Eram frequentes as suspeitas de fraudes. Na economia, uma incipiente industrialização e o crescimento urbano fortaleceram novas categorias profissionais, como os operários, muitos deles imigrantes recém-chegados, e os profissionais liberais. As relações internacionais eram bastante restritas, girando quase sempre em torno do mercado de café e de outros produtos agrícolas.

Mas em 1929 o paulista Washington Luis, presidente eleito em 1926, decidiu não apoiar o candidato de Minas Gerais nas eleições de 1930 e se aliou à candidatura à Presidência do governador paulista Júlio Prestes. Governadores de quase todos os Estados também apoiaram Júlio Prestes, no entanto, outros três - Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba - se posicionaram contra.

Ao lado de políticos de oposição de todo o país, os três Estados formaram a Aliança Liberal e lançaram Getúlio Vargas candidato à presidente, e o governador da Paraíba, João Pessoa, como candidato à vice. Contudo, em 1º de março de 1930, Júlio Prestes venceu a eleição sob os protestos da oposição que denunciava fraude.

Porém, dois meses após a vitória de Júlio Prestes, João Pessoa, candidato à vice de Getúlio, foi assassinado por um adversário político no Recife, por motivos pessoais. A morte do governador da Paraíba, a grande depressão econômica vinda de 1929 e os anseios populares por mudanças no sistema político, foram os pretextos para Aliança Liberal, contando com apoio de militares, iniciar o movimento para a tomada do poder em 3 de outubro de 1930. Depois de 18 dias e de batalhas entre forças do governo e oposição, os ministros militares depuseram e prenderam o presidente Washington Luís que, em seguida, seria exilado. No poder, ficou uma junta militar que assumiu a Presidência e a entregou à Getúlio Vargas no dia 3 de novembro de 1930.

Mesmo não existindo um movimento popular de apoio ao golpe, a tomada do poder por Getúlio aconteceu, sobretudo, em função da decadência da classe dominante da época e da insatisfação de outros setores que começavam a se fortalecer no País. Os movimentos tenentistas fizeram diversos levantes durante os anos 20 contra o modo de governo das oligarquias vigentes.

A industrialização brasileira começava a criar uma classe operária, que surgia da industrialização, e que lutava por direitos trabalhistas, e era contra a política econômica vigente no país, voltada exclusivamente para a agricultura. Para completar, o Brasil, que dependia muito da exportação de produtos agrícolas, especialmente o café, enfrentava sérias dificuldades após a crise de 1929, considerada o mais longo e devastador período de recessão econômica do século e que afetou as economias de todo o planeta durante os anos 30.

No fim dos anos 20, a insatisfação popular com as fraudes nas eleições e o número ínfimo de pessoas aptas a votar, foram fatores que indiscutivelmente fortaleceram o apoio ao golpe, um acontecimento marcante para os rumos da nossa História em diversos âmbitos da sociedade brasileira. Em 1930, por exemplo, mulheres e analfabetos não podiam votar. Estima-se que o número de eleitores não chegava a 2,5% da população brasileira. Foi a partir dos anos 30, apesar de não ter havido eleições até 1945, que o universo de eleitores

começou a crescer. Em 32, por meio do Código Eleitoral Provisório, a mulher brasileira ganhou o direito de votar nas eleições nacionais.

Mesmo assim, a conquista não foi completa. O código permitia apenas que mulheres casadas - com autorização do marido -, viúvas e solteiras com renda própria pudessem votar. As restrições ao exercício do voto feminino só foram eliminadas no Código Eleitoral de 1934, mas o código não o tornava obrigatório. Apesar das conquistas no papel, o voto não conseguiu ser exercido de forma democrática após a revolução. O voto feminino, sem restrições, só passou a ser obrigatório em 1946. Em 32, também foi criado do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Até a Revolução de 30, o Brasil era um País que mantinha poucas relações com outros países e estava fora de debates internacionais. A partir da segunda metade dos anos 30, com Getúlio no poder, o Brasil aumentou ainda mais suas relações com outros países. Primeiro com a aproximação aos regimes totalitários e depois a participação da Segunda Guerra Mundial.

A forma de entretenimento e comunicação mais popular é o rádio – em 1937, cerca de 60% dos lares de São Paulo já possuíam um aparelho. Surge o ídolo Carmem Miranda, que ganha fama mundial no cinema e começa a disseminar a imagem de país tropical do Brasil pelo mundo.

3.2 A SITUAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA DO NORDESTE

No Nordeste, a monocultura de cana-de-açúcar permanecia como maior fonte de produção de renda e trabalho, contudo neste período os engenhos começaram seu declínio com o surgimento de usinas de açúcar que produziam mais e exigiam menos mão-de-obra.

Nos anos 30, a industrialização começa a chegar às grandes cidades, sobretudo na região Sudeste do país, alavancando a economia de maneira significativa, no entanto este processo inovador e marcante não alcançou o Nordeste fortemente, que se mantinha ainda muito agrário e de comércio bastante limitado. Isto não significa que esta região ficou completamente a margem do processo de industrialização. Algumas fábricas de grande

importância se estabeleceram aqui, abrindo mesmo que de forma pouco perceptível, novas vias no sistema produtivo/econômico.

Enquanto isto, na política, os Estados nordestinos e, mesmo a região, como um todo, pouca influência força possuíam no contexto nacional, que era dominado pelo duo “Café-com-Leite” – São Paulo e Minas Gerais – grandes potências econômicas da época.

Neste contexto, a figura do coronel se destacou e ficou marcada até a atualidade. Comandante da vida econômica e social de grande parte da população sertaneja, interferia até mesmo na vida pessoal daqueles submetidos ao seu mando. Um grande exemplo disto é o voto de cabresto, em que aqueles que viviam nos domínios dos coronéis deveriam votar nas eleições nos candidatos por eles indicados. Outra marca deste período foi a construção do discurso da seca, uma arma poderosa das elites sertanejas para exigir recursos financeiros, empregos, investimentos e privilégios federais, estaduais etc. Práticas que perduraram durante todo o século XX, e que até hoje se observam em atitudes e imagens propagadas por vários seguimentos da sociedade, sobretudo na política, com fins eleitoreiros; e na mídia, que aborda este e outros temas relacionados ao Nordeste de maneira extremamente preconceituosa e obsoleta, e que não condizem com as diversidades e a realidade atual do Nordeste.

Segundo o historiador e professor paraibano José Octávio de Arruda Mello em suas obras e, especialmente, no livro *História da Paraíba: lutas e resistência* (1994), o Estado da Paraíba, através algumas de suas figuras históricas, teve grande influência no que refere aos acontecimentos políticos e sociais da década de 1930.

Parte importante da História Nacional, a Revolução de 30, teve na Paraíba marcantes posicionamentos e grande vínculo na atividade político-administrativa do presidente João Pessoa, cuja morte antecipou a deflagração desta revolução, tornando-o um grande símbolo deste movimento.

Sobrinho de Epitácio Pessoa - presidente da república entre 1919 e 1922, e Ministro do Supremo Tribunal Militar, onde suas decisões revelavam-se severas para com oficiais superiores e indulgentes com subalternos e praças.

João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque foi, no Rio de Janeiro onde residiu, importante peça da oligarquia epitacista. Sua função consistia em representar o tio junto aos

poderes da República, intermediando verbas e discutindo providências da alçada das autoridades paraibanas. Sua indicação para Presidência do Estado, unilateralmente formulada por Epiácio, verificou-se diante de (nova) crise da oligarquia epitaquista.

No entanto, não obteve êxito, perdendo as eleições para João Suassuna, cujo governo favorecia o coronelismo sertanejo, e falta de um comando enérgico contra o cangaço, só o fez reaparecer com mais audácia. Diante disto, logo as queixas começaram a avolumar-se junto ao ministro João Pessoa, no Rio de Janeiro; e Embaixador Epiácio Pessoa, na Europa.

Assim, Epiácio Pessoa, o patriarca da oligarquia, decidiu intervir. Escolhendo novamente o sobrinho João Pessoa para disputar nas novas eleições No Rio de Janeiro, este confessou a José Américo, convidado para a secretaria geral que iria para a Paraíba "dar uma vassourada".

Seu discurso de posse em 22 de outubro de 1928 foi um grande choque para os poderosos presentes. Declarou que desejava assegurar garantias a todos e que levaria a polícia a vasculhar propriedades à procura de armas que abasteciam o cangaço. Muitos coronéis do epitaquismo eram notórios coiteiros e engoliram em seco a advertência. O curioso é que as reformas de João Pessoa voltavam-se contra o epitaquismo que formalmente, constituía sua base de sustentação.

No exercício do governo, Pessoa revelou-se rápido e inflexível. Drásticas transferências alcançaram as mesas de rendas para retirá-las do controle dos potentados locais - ninguém escapava porque a lei era para todos. Desarmaram-se os proprietários e caminhões carregados de armas começaram a fazer o percurso entre pontos críticos do interior e a capital. Promotores de justiça comprometidos com o coronelato foram demitidos e Juizes de Direito postos em avulsão. A polícia foi reformulada, subordinando-se à Presidência do Estado. Jovens bacharéis foram nomeados para as delegacias de polícia, à margem de qualquer interferência política. Os prefeitos municipais, escolhidos pelo Presidente do Estado, passaram a dispor de mandato de quatro anos, proibida a recondução. Eleições para os conselhos municipais realizaram-se a trinta e um de dezembro de 1928, nas quais a oposição triunfou como em Sousa e teve boa votação na capital, não só seus mandatos foram respeitados como o governo dela se aproximou. Uma terceira força, o Partido Democrata de tendências urbanas e reformistas, principiou a adquirir espaço.

Na área financeira, João Pessoa lançou mão de agressiva política tributária - a dos impostos de barreira - para fazer com que as mercadorias que, ajudadas pelo contrabando, escoavam para as praças vizinhas, passassem a ser exportadas pelo porto de Cabedelo. Alíquotas elevadas incidiam sobre as mercadorias, quando comercializadas pelo sertão, mas essas taxas se reduziam, quando as operações se verificavam pelo litoral.

Os beneficiários da antiga desarticulação econômica do Estado, porém, reagiram. A Associação Comercial de Fortaleza, que controlava a produção paraibana do alto sertão, subscreveu moção de repúdio e sua congênere de Pernambuco levantou a possibilidade de intervenção federal na Paraíba. Os protestos mais veementes partiram do Recife, onde o grupo mercantil dos Pessoa de Queiroz contestou a orientação pessoista. Primos do governante paraibano julgavam-se preteridos pelo tio Epitácio Pessoa, e por isso mesmo, a polêmica se aferrou. Dispunham de um jornal de larga circulação - o Jornal do Comércio do Recife - que tachou o governo paraibano de cupim tributário. A União, jornal pertencente ao governo do Estado da Paraíba, respondeu no mesmo tom.

Na Guerra Tributária, travada de março a julho de 1929, pela Imprensa, já se esboçava o quadro da futura guerra civil de Princesa. Isto porque, enquanto João Pessoa contava com apoios na capital e centros urbanos, tinha contra si a burguesia compradora do porto da Recife, a que se ligavam os grandes proprietários de algodão e cana-de-açúcar. Entre esses destacavam-se, o coronel José Pereira Lima, como mais influente chefe político do sertão e eminência parda do governo Suassuna; e os Ribeiro Coutinho da várzea do Paraíba; cujos açúcar e gado, a presidência do Estado desejava taxar.

O enlace de João Pessoa com a Revolução de 30 principiou em julho de 1929, quando da abertura da sucessão nacional. Rompendo a chamada aliança “Café-com-Leite”, por meio da qual São Paulo e Minas se revezavam no exercício da Presidência da República, o presidente Washington Luiz, paulista, fixou-se na candidatura de outro paulista de nome Júlio Prestes. Com este formaram dezessete Estados. A Paraíba foi esquecida, porém quando consultada, João Pessoa atendeu recomendação de Epitácio para que o sobrinho não se fiasse nos mineiros, mas se esses, porventura levantassem candidato de outro Estado, a Paraíba deveria acompanhá-los.

“*O Nego!*” - expressão não é autêntica, mas genuinamente creditada à João Pessoa, marcou sua postura de oposição quanto à política vigente do governo federal.

Juntamente com o presidente mineiro Antônio Carlos que estava articulando a candidatura de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul e ex-ministro da Fazenda de Washington Luiz, formou, em oposição à candidatura oficial, a Aliança Liberal, composta dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. João Pessoa seria escolhido candidato a vice-presidente da República na chapa aliancista. As eleições para Presidência da República, Senado Federal e Câmara dos Deputados estavam marcadas para primeiro de março de 1930 e registraram campanha muito agitada na Paraíba.

Neste Estado, o prosseguimento da guerra civil de Princesa Isabel e o confronto entre os governos federal e estadual estimulavam ódios que cresciam. Os ressentimentos avolumaram-se quando, na capital, a polícia pretextando apreender armas, invadiu o escritório do advogado João Dantas, de prestigiosa família de Teixeira, cidade por onde começaram as ações armadas. Antes, um irmão de Dantas fora preso e inexplicavelmente remetido para o quartel-general legalista em Piancó.

Filho do coronel sertanejo Franklin Dantas, João Dantas era conhecido pelo ardor com que se dedicava à causa da Coligação Republicana da Paraíba e derrubada do governo de João Pessoa. Considerando insuficiente a ação política, viajava seguidamente entre Recife, Princesa, Natal e Maceió, na tentativa de buscar aliados contra o governo local.

No episódio de invasão de seu escritório pela Polícia da Paraíba, que, entre outras coisas, apoderou-se de cartas íntimas entre ele e a professora Anaíde Beiriz. João Dantas não aceitou passivamente esta violação. E indignado, recorreu ao Jornal do Comércio do Recife para publicação de severos artigos contra João Pessoa. Em 22 de julho, o jornal A União iniciou o revide, através de uma série de reportagens diárias, que continham acusações contra os Dantas e outros dirigentes oposicionistas. A reportagem do dia vinte e cinco foi a mais contundente. Esta considerava os Dantas grandes responsáveis pela apropriação irregular de verbas federais, o que provocou divergências e rivalidades entre os diversos grupos de oposicionistas, que buscavam apossar-se da maior parcela de recursos públicos possíveis, bem como de vantagens e privilégios financeiros e políticos.

Em 26 de julho de 1930, na Confeitaria Glória, no Recife, João Duarte Dantas foi o autor dos tiros que mataram João Pessoa. A atitude de João Dantas costuma ser atribuída não apenas à divergência política diretamente, mas, principalmente, a uma questão de cunho pessoal. O embate político travado entre ele e João Pessoa, através da imprensa, incluindo

ataques ao pai de Dantas, Dr. Franklin Dantas, e outros familiares, além da divulgação de suas cartas e seu diário íntimo, nos quais seu relacionamento íntimo com a professora Anaíde Beiriz foi publicamente exposto, seria o grande motivo deste ódio mortal.

O assassinato de João Pessoa, enquanto ainda era governador, é considerado uma das causas da Revolução de 1930, que depôs o presidente Washington Luís e levou ao poder Getúlio Vargas. E foi em sua homenagem que a partir do dia 4 de setembro de 1930, a capital do estado da Paraíba, antes denominada Parahyba, passou a ser chamada João Pessoa.

Dois dias depois, o cadáver de João Pessoa foi transferido para a capital paraibana, onde as autoridades perderam completamente o controle da situação. E a conspiração revolucionária retomou impulso. Sua bandeira era agora o sacrifício do presidente paraibano. O sepultamento deste, no Rio de Janeiro, motivou discursos inflamados. A revolução passava à ordem do dia.

Os setenta dias que transcorreram entre a morte de João Pessoa e a Revolução de 30 constituíram um dos períodos mais dramáticos da História da Paraíba. Como as passeatas, discursos e boletins exaltados que se sucedessem. O exército tentou intervir, o que aumentou a tensão. As autoridades federais reagiram, transferindo a sede da região militar e contingentes de todo o Nordeste para a Paraíba, mas os soldados que foram ocupar Princesa cruzaram a divisa com Pernambuco dando vivas a João Pessoa.

Nas ruas, a população se manifestava. Enquanto estudantes e normalistas invadiam as repartições, mulheres e funcionários públicos ocupavam as galerias da Assembléia Legislativa, ovacionando os deputados liberais e apupando os perrepistas. Pronunciamentos arrebatados se sucediam.

Na manhã de quatro de outubro, os jornais já circulavam anunciando a vitória da Revolução de 30 na Paraíba. Para os acontecimentos nacionais, isso tornou-se importante porque, irmanados, Polícia da Paraíba e Exército formaram o Grupo de Batalhões de Combate (GBC) que, reprimiu a resistência legalista em Recife, ampliando a revolução até a Bahia e o Rio de Janeiro. Neste último, Washington Luiz seria deposto a 24 de outubro, encerrando-se a República Velha, isto é, a República das Oligarquias e dos coronéis.

4 BIOBIBLIOGRAFIA DO AUTOR

4.1 VIDA

Com base em *José Lins do Rego*, de Afrânio Coutinho (1991), e outros trabalhos de autores que trataram da vida e obra deste escritor; José Lins do Rego Cavalcanti nasceu no engenho Corredor, em Pilar, na Paraíba, em 3 de junho de 1901. Filho de João do Rego Cavalcanti e de Amélia Lins Cavalcanti (morta pelo marido esquizofrênico). Descendente de senhores de engenho, o garoto vivenciou a riqueza dos engenhos de açúcar que lhe preencheram toda a infância. Este contato com o mundo rural nordestino lhe deu a oportunidade de, nostálgicamente e criticamente, relatar suas experiências através das personagens de seus primeiros romances.

Desde a infância, já trazia consigo as raízes, passando de geração em geração, sempre ligadas ao universo rural açucareiro, às senzalas e aos negros e trabalhadores do campo, e suas vidas. Elementos que lhe serviram de inspiração para suas obras. E mais visivelmente que nunca em *Menino de engenho*, seu romance de estreia.

Iniciando seus estudos no Colégio de Itabaiana. E após passar sua infância no interior e ver de perto o declínio dos engenhos de açúcar e o crescimento das usinas, o que provocou inúmeras transformações sociais e econômicas, foi, então, estudar cidade da Paraíba, atual João Pessoa, no Instituto N. S. do Carmo e no Colégio Diocesano Pio X.

Depois estudou no Colégio Carneiro Leão e Osvaldo Cruz, em Recife, onde fez o curso secundário. Neste período, iniciaram-se seus interesses literários. Através, do contato com obras, como: *O Ateneu*, de Raul Pompeia; e, *Dom Casmurro*, de Machado de Assis.

Matriculou-se, em 1920, na faculdade de Direito. Durante o curso, ampliou seus contatos com o meio literário pernambucano, tornando-se amigo de José Américo de Almeida, Osório Borba, Aníbal Fernandes, e outros. Nesse período, escreveu para o Jornal do Recife. E fez amizade com Gilberto Freyre, que voltara de uma temporada de estudos nos Estados Unidos, marcando nova fase de influências em José Lins, através das ideias inéditas sobre a formação social brasileira. Em 1922, fundou o semanário Dom Casmurro. Também participou do movimento regionalista de 33 organizado por Gilberto Freyre, no Recife .

Formou-se em 1923. Casando em 1924 com Dona Filomena (Naná) Masa Lins do Rego. Em 1925, ingressou no Ministério Público como promotor em Manhuaçu, onde entretanto não se demorou. Em 1926, decidiu deixar para trás o trabalho como promotor público no interior de Minas Gerais e transferiu-se para Maceió, Alagoas. Lá conviveu com um grupo de escritores muito especial: Graciliano Ramos (o autor de *Vidas Secas*), Rachel de Queiroz (autor do romance *O Quinze*), o poeta Jorge de Lima e Aurélio Buarque de Holanda, que se tornariam seus amigos para sempre.

José Lins do Rego faleceu no Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1957. Encontrando-se sepultado no Cemitério de São João Batista no Rio de Janeiro. É patrono da cadeira 39 da Academia Paraibana de Letras, que tem como fundador Coriolano de Medeiros. Atualmente ocupada por Sérgio de Castro Pinto. E foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 15 de setembro de 1955, para a cadeira 25.

4.2 OBRA

Convivendo neste ambiente tão criativo, em meio a tantos outros célebres escritores, em 1932, publicou seu primeiro livro *Menino de engenho*, no qual o mundo rural do Nordeste, com as fazendas, as senzalas e os engenhos, lhe serviram de inspiração. Em 1933, publicou *Doidinho*, o segundo livro do "Ciclo da Cana-de-Açúcar"; logo em seguida, *Banguê* (1934). Daí em diante, sua obra não conheceu interrupções: publicou romances, memórias, livros de viagem, de conferências e de crônicas.

Quando mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1935, conquistou ainda mais a crítica e colaborou para a imprensa, escrevendo para os *Diários Associados* e *O Globo*. Homem atuante, participou ativamente da vida cultural de seu tempo. Ao lado de Graciliano Ramos, Érico Veríssimo e Jorge Amado, figura como um dos romancistas regionalistas mais prestigiosos da literatura nacional. José Lins escreveu cinco livros a que nomeou "Ciclo da cana-de-açúcar", numa referência ao papel que nele ocupa a decadência do engenho açucareiro nordestino, visto de modo cada vez menos nostálgico e mais realista pelo autor: *Menino de Engenho*, *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934), *O Moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936) e *Fogo Morto*, 1936, fechando, com este, o Ciclo da Cana-de-Açúcar. E em 1936, lançou *Histórias da Velha Totônia*, seu único livro para o público infanto-juvenil.

Em 1937, publicou *Pedra Bonita* e, em 1953, *Cangaceiros* que formaram o Ciclo do Cangaço. Outras publicações: *Pureza*; *Riacho doce*; *Água mãe* (prêmio da Fundação Felipe de Oliveira); *Eurídice* (Prêmio Fábio Prado); *Meus verdes anos* (memórias); *Histórias da velha Totônia*; *Gordos e magros*; *Poesia e vida*; *Homens, seres e coisas*; *A casa e o homem*; *Presença do Nordeste na literatura brasileira*; *O vulcão e a fonte*, (1958-póstuma).

Sua obra regionalista, contudo, não se encaixa somente na denúncia sóciopolítica, mas, também em uma expressão realista e apurada do universo rural do Nordeste brasileiro. Atribuí-se a José Lins do Rego a invenção de um novo romance moderno brasileiro. O conjunto de sua obra é considerado um marco histórico na literatura regionalista por representar o declínio do Nordestecanavieiro.

O estilo literário de José Lins é natural e livre de artificios rebuscados. Contudo, apesar desta simplicidade linguística com que escreve, ele descreve com muita eficiência os estados psicológicos de seus personagens. Além disso, possui um domínio da tradição literária e consegue fazer uma crítica aos costumes de seu tempo. Sua obra caracteriza-se pelo espetacular poder de descrição. Ele conseguiu reproduzir em seus textos a linguagem do seu meio, da vida e do trabalho nos engenhos, da bagaceira, do nordestino.

Alfredo Bosi (1999), definiu a obra de José Lins a mais alta expressão literária, poética e memorialista da passagem do engenho para a usina na região canavieira nordestina. Considerando *Fogo Morto* verdadeira "superação" do ciclo da cana-de-açúcar.

5 A (IN)VISIBILIDADE DO FEMININO

O preconceito contra a mulher representa o reconhecimento da desvalorização, transmitido pelo olhar daquele que pode ser o tanto opressor, quanto outros oprimidos, o que leva a produzir uma espécie de consciência social. Onde tudo é construído a partir de um olhar limitado daqueles que não reconhecem e nem se reconhecem verdadeiramente na história. Assim, a desvalorização simbólica da mulher reflete no comportamento de várias delas, desde a diminuição da sua autoestima, quanto na sua afirmação social perante outras mulheres. Essa situação leva a compreender que o preconceito de fato existe independente da posição social que a mulher se encontra.

Enquanto que em uma análise aprofundada da figura da mulher nordestina, encontramos diversas mulheres - a sertaneja, a urbana, a independente etc – e verificamos que elas não são estáticas, mas sim, construídas e desconstruídas no decorrer do tempo, assim como no espaço geográfico, pois cada Estado possui suas peculiaridades. A maioria dos estudos apresentam uma imagem identitária da nordestina, fixa, parcial, sem nuances e que não contempla as subjetividades psicológicas e comportamentais.

Antonio Candido, apresentada no livro *Literatura e Sociedade* (2002, p. 4):

“para a compreensão de um fenômeno literário deve-se considerar a conjunção do conteúdo e forma na obra de arte para, desse modo, compreender a representação social no texto cujo condicionamento narrativo é constituído de fatores internos e externos, propomos a analisar as mulheres, ou seja, as representações femininas, pensando-as em relação à sociedade autoritária e patriarcalista na qual ambienta esses romances.”

Com relação a mulher nordestina na literatura, foi criada uma identidade fixa para ela, como se fossem todas iguais, com os mesmos costumes, as mesmas características físicas que refletem a falta de vaidade e o desgaste provocado por uma vida de trabalho e condições de subsistência severos, sem perspectivas de melhoria desta situação de precariedade, ilusões românticas, ambições ou sonhos, mesmo que pequenos. Esses indivíduos ficcionais possuem personalidades com os mesmos contornos imutáveis, resultado de uma identidade única.

De acordo com Stuart Hall:

“A identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo imaginário ou fantasiado sobre a sua unidade. Ela permanece sempre incompleta desde sempre, em processo, sempre sendo formada.” (2006, p. 38)

Assim, a identidade é construída a partir das diferenças. E pensar identidade como unidade é querer um processo totalmente homogêneo, mas contínuo, constituindo um processo dinâmico e heterogêneo, e de uma construção social. A cultura, o jeito de ser dessas mulheres estão associadas a partir de diferentes contextos sociais. O homem e a mulher são portadores de cultura, de conjuntos de significados que adquiriram ao longo de suas histórias sócio-culturais. Logo, não podemos categorizar os homens, e neste caso, sobretudo, as

mulheres nordestinas, em um único grupo, de características físicas e psicocomportamentais pré-estabelecidas por conceitos ultrapassados e limitadores.

Geralmente, associada a valores morais rígidos e tradicionais, descritas como sérias, trabalhadoras ou companheiras de homens trabalhadores. Além dessas representações que aparecem como idéias elogiosas acerca da mulher nordestina, outras tantas imagens são veiculadas no sentido de desqualificá-las e estigmatizá-las, como a de submissa ao homem, centrada na família, e, sobretudo, forte, para suportar as duras condições de vida, inclusive a violência doméstica. Enfim, tudo é mostrado no sentido de reforçar a imagem de um ser eternamente injustiçado. Insistindo-se sempre em mostrar o lado sofredor e resignado dessas mulheres, classificando-as superficialmente, e sem uma análise ou um questionamento profundo de quem realmente elas são.

Esta mulher, ainda, sofre preconceito de todas as partes, em diversos contextos e por inúmeros motivos. Elas são rotuladas e marcadas se divergem da norma de delicadeza, submissão e dedicação exclusiva à família. E há, por exemplo, ainda quem acredite que é preciso a mulher possuir características masculinas para tomar atitudes fortes e conviver com as adversidades, do mundo dominado pelos homens, que lhes são impostas. De qualquer maneira, a mulher surge sempre da mesma forma, com as mesmas qualidades e os mesmos defeitos, seja submissa/sofredora ou destemida/lutadora.

5.1 ANÁLISE DA FIGURA FEMININA EM *MENINO DE ENGENHO*

Narrado por Carlinhos, neto do coronel José Paulino, o maior senhor de engenho da várzea do Rio Paraíba (PB), *Menino de engenho* apresenta ao leitor o universo do engenho Santa Rosa, para onde o menino havia se mudado, quando tinha por volta dos 4 anos, alguns dias após seu pai, em meio a um acesso de loucura, ter assassinado sua mãe.

Assim como todos de lá, sua vida seguia a cadência da produção da cana, havendo o tempo para tudo – plantio, colheita. O espaço dos engenhos de cana-de-açúcar é um emaranhado de relações sociais, cujas alegrias e adversidades têm origem e fim dentro de seus territórios. E sendo seu avô, o patriarca da família e chefe desta microssociedade sob sua tutela, é ele quem controla este universo que se inicia e termina nas fronteiras do Santa Rosa.

Ao longo da narrativa, o patriarcalismo é exaltado através da figura do coronel José Paulino, sua autoridade, sua posição hierárquica socioeconômica acima de todos, seu poder de organização e de comando, sua influência em todos os assuntos, inclusive, políticos, sua capacidade de mediar os conflitos sociais e até pessoais das pessoas sob guarda; são percebidos pelo menino, sem qualquer questionamento, como regras péticas, em uma sociedade que se divide entre aqueles - homens, exclusivamente - que mandam e os que obedecem. E dentro desta escala hierárquica, as mulheres estão abaixo de quase todos.

As figuras femininas aparecem no romance, no entanto sua participação é limitada. Elas participam, contudo, não são ouvidas, seus direitos são excluído, por serem caracterizadas como excessivamente sentimentais e emotivas, e, portanto, incapazes de questionar ou reivindicar seus direitos, em uma sociedade de classes dominada pelo poder masculino. Segundo Gilberto Freyre (1998, p. 114), um dos maiores interlocutores de José Lins e seu mentor intelectual, afirma em *Casa Grande & Senzala*, as mulheres eram “criaturas reprimidas sexual e socialmente, dentro da sombra do pai e do marido”.

Por esta ótica, evidencia-se a influência da cultura patriarcal fortemente arraigada ao modo de vida do Nordeste brasileiro. Essa influência já era uma característica em textos de escritores de todo o país, que se referiam a esta mulher como inferior na sociedade, tanto na relação com o homem, como na vida social etc. Em se tratando de sua descrição visual, sempre foi marcada pela miséria, percebida em suas vestes desgastadas e fisionomia sofrida, entre outros estereótipos disseminados desde o início do século passado.

A in(visibilidade) do feminino que permeia esta obra de José Lins, assim como outras deste autor, se deve ao contexto histórico, social e cultural, já anteriormente tratado e, sobretudo, ao fato de ser o personagem-narrador, fortemente ligado a conceitos e práticas comuns de seu tempo e meio, que claramente baseiam suas narrativas e descrições.

Neste cenário, é a percepção do narrador que prevalece. Ele observa, analisa e julga à sua maneira quem são os bons, os maus, os fortes e os fracos. Quem é mais significativo ou não, quem fala e quem se cala. E é a partir desta observação, que as mulheres são definidas. Suas características físicas – que obviamente se sobressaem – estão intrinsecamente relacionadas aos estados psicológicos. As descrições de suas feições e gestos, por mais tênues que sejam, realçam ou reafirmam suas personalidades. De um modo generalizante, invariavelmente, as mais belas e delicadas, são às mais gentis, carinhosas, e de

bom caráter; enquanto, às de traços fortes e grosseiros, são analogamente, às mais rudes e desvalidas, sendo mesmo consideradas de índoles duvidosas, desagradáveis e até más.

As identidades construídas para essas mulheres são repletas de elementos pitorescos. Os perfis são traçados através de adjetivações positivas ou negativas, por parte dos homens, através de comentários jocosos, desmoralizantes ou de desprezo, a fim de rebaixar àquelas que não os agradavam ou os rejeitavam.

Estas descrições das mulheres podem ser observadas em diversos trechos da obra: “_ Ali mora Zefa Cajá. E lá vinha com os detalhes, com as coisas erradas da vida desta mulher.” (p. 24); “E numa casa pequena de palha uma mulher branca, como de madapolão, sem um gota de sangue na cara, (...).Tinha parido há oito dias, e o marido no mundo.” (p. 26); “As mulheres sem casaco, quase com os peitos de fora, faziam rendas sentadas pelos batentes.” (p. 51); “Neném do seu Lula, a sua filha, educara-se nos colégios de Recife. Falava diferente do meu povo. Eu olhava para ela, sentindo uma criatura que nunca tinha visto. Sentava-se com se estivesse de castigo, sem um movimento de vida, (...). E d. Amélia, pequenina, petrificara-se também na etiqueta.” (p. 53); “Quando se ia a pé para o Pilar, via-se (...) sua irmã maluca, Dona Olívia, andando de um lado para outro, falando só.” (p. 53)

É, também, através da visão de Carlinhos, personagem principal, que as figuras femininas, invariavelmente, aparecem (ou parecem) como elementos de adorno, coadjuvantes de uma realidade preponderantemente masculina, mesmo quando estas têm participação importante e essencial – ou necessária – no desenvolvimento dos acontecimentos, contudo não são elementos centrais. As estórias não estão focadas em suas atitudes ou opiniões.

Suas aparições e atuações servem para desencadear ou realçar as atitudes e reflexões dos personagens masculinos acerca de algum fato. As mulheres fazem parte mais do cenário que do enredo. Às vezes são fortes; outras, frágeis; e instigam comportamentos dos homens ou influenciam no desenrolar de determinadas situações, quase sempre de forma sutil.

Outro ponto interessante a ser observado sobre a representação do universo feminino nesta obra é o elemento mágico que cerca este universo, em alguns casos, artifício que auxilia no distanciamento da realidade dominada pelos homens. Grande parte das mulheres possui características feéricas, tais como a delicada prima Lili, “parecia mais de cera, de tão pálida. Tinha (...) e uns olhos azuis e uns cabelos louros...” (p.11), que se

assemelha a um anjo; a tia Maria, “A moça que se parecia com minha mãe,...” (p.7), uma fada madrinha protetora; a tia Sinhazinha “com aquele rosto enrugado e aquela voz áspera” (p.11), velha rabugenta, devolvida pelo marido por sua personalidade difícil, que lembra uma assustadora bruxa das estórias infantis; a negra africana Maria Gorda, que mal se comunicava e que por seus hábitos arredios e figura disforme, remetia a uma criatura monstruosa. “Esta velha fazia-me medo. As fadas perigosas dos contos de sinhá Totonha tinham muito dela” (p. 39), “Eu mesmo pensava que a negra tivesse qualquer coisa infernal, (...). Todos na rua temiam Maria Gorda” (p.39). Temos, também, uma das personagens mais emblemáticas, a Velha Totonha, “Pequenina e toda engelhada, tão leve que uma ventania poderio carregá-la” (p.34), era uma contadora de estórias, portadora de uma riqueza folclórica e responsável pela perpetuação da literatura oral. Esta figura errante que “vivia de contar histórias de trancoso” (p.34), para encantar e despertar o imaginário e o lúdico, através de seus enredos cheios de tipos fascinantes e lugares mágicos. Era ela a principal fonte de momentos de encantamento que proporcionavam aos seus ouvintes experimentar sentimentos aprazíveis e insólitos, transportando-os a outras épocas e universos.

Carlinhos também recorda as negras que, mesmo após a Abolição, continuaram trabalhando na casa-grande sem remuneração. Não sendo formalmente escravas, haviam permanecido em condições muito semelhantes às anteriores por lealdade e reconhecimento aos seus senhores. Tia Galdina e Tia Generosa, escravas que trabalhavam na casa-grande, e que além de carinhosas e protetoras do menino, eram como suas avós, também povoam sua mente com suas histórias vividas ou inventadas. Meneando contos e saberes populares, elas são figuradas narradoras de um mundo próximo e, ao mesmo tempo, distante – pois os reis e rainhas das lendas contadas por elas vivem suas aventuras em terras semelhantes aos engenhos, mas suas desventuras remetem à saudade destas mulheres da sua longínqua África.

Importante, também, é evidenciar as várias perdas de importantes figuras femininas. Primeiramente sua mãe, assassinada pelo próprio marido em um acesso de ciúmes. Em seguida, sua frágil e doce prima Lili – vitimada por uma doença. Também sua bela e encantadora prima Maria Clara, que após “aperrear” seu coração, parte sem demonstrar qual sentimento de dor ou tristeza por abandonar seu namorado. Outra perda importante para Carlinhos, é o da sua amada Tia Maria – sua segunda mãe – tomada dele para um casamento arranjado, deixando-lhe um sentimento desolador de desamparo, quase comparável ao luto.

Neste universo apresentado por José Lins, as mulheres estão no limiar entre a realidade, sendo “visíveis” e interagindo; e a fantasia, sombreadas por áureas fantasiosas, elas são, algumas vezes angelicais; outras, demoníacas. Sem uma identidade própria, expressiva e independente deste contexto masculino. Assim a in(visibilidade) surge à medida que percorremos a narrativa e notamos que fora do olhar e relatos masculinos, as mulheres pouco são percebidas e expressadas ou se expressam.

6 CONCLUSÃO

É indiscutível a pouca visibilidade das figuras femininas na bibliografia de José Lins do Rego. Isto se deve certamente ao meio social e à época na qual o autor viveu e produziu seus livros. Tempo e meio dominados pelo coronelismo e patriarcalismo arraigados ao modo de ser e pensar de homens e mulheres de idades e classes sociais variadas, mas que têm em comum a prevalência do machismo em seus modos de vida.

Contudo, não podemos afirmar que a presença da figura feminina na obra de José Lins do Rego, sobretudo, em *Menino de Engenho* – livro aqui trabalhado– seja um elemento inexpressivo, menos ainda, inexistente. Ao contrário, na prosa deste autor, a mulher é imprescindível e de grande significado para a construção de seu universo literário, repleto de representações femininas distintas e constantes. Mas que não são agentes propulsores dos acontecimentos, e pouco interferem no processo traçado pelo autor para o desenvolvimento da história a ser contada.

Isto se deve em muito por ser José Lins do Rego um contador de seu tempo, que descreve e narra episódios comuns de sua época e vivência, na qual a ótica do homem e suas reflexões sobre o mundo prevalecem. Sendo para este homem, a mulher quase que um objeto – que interfere em sua existência, levando-o a agir ou reagir de acordo com o que esta provoca em seu cotidiano ou imaginário. Assim, a mulher em suas ações ou reações, reais ou imaginárias, é mesmo que inconscientemente, a causa de muitas das atitudes, divagações e, mesmo perturbações físicas e mentais do homem, de maneira a ser para este, um motivo ou explicação para seus bons ou maus atos.

As variadas imagens da mulher em *Menino de Engenho*, singelas ou rudes, apáticas ou de temperamento mais “forte”, desempenham papéis que proporcionam momentos de alegria ou sofrimento, estranheza ou compaixão, atração ou repulsa, por parte do personagem principal. Contudo, é sob sua ótica e julgamento (obviamente, masculinos, ou, poderíamos mesmo dizer, machistas - influência de sua criação e de seu contexto social e histórico) que elas se apresentam, sem realmente sabermos quem elas são, o que pensam ou desejam. Elas são percebidas e apresentadas através da visão de um garoto/homem nordestino, criado sob uma forte influência patriarcal do início do século XX

Enfim, não são as mulheres o mote principal de suas histórias, tampouco, fatores de grande repercussão ou mudanças no percurso até seu desfecho ficcional, isto é, elas interagem, provocam, e até participam de episódios importantes na narrativa, porém não alteram de forma excepcional o desencadeamento dos acontecimentos que levam o personagem principal a chegar ao seu destino, que, se analisarmos com atenção, seria o mesmo, com ou sem sua participação. Isto significa dizer que, as mulheres, não sendo elementos centrais no desenrolar da trama, esta se desenvolveria mesmo sem sua atuação.

Os discursos criados pouco mudaram, sobretudo, no que se refere ao papel da mulher na família e na sociedade – esta de imagem desatualizada e ainda enraizada em padrões de mais de um século. Assim a representação de sua identidade já está consolidada no imaginário popular, no qual a mulher nordestina é retratada como inculta, desqualificada profissionalmente e inferior, não apenas aos homens, mas também, às mulheres das regiões Sul e Sudeste do país.

É possível observar também um déficit na produção literária, e nos estudos históricos com relação à trajetória da mulher nordestina. A história e o cotidiano dessas mulheres pouco são vistos ou estudados. Geralmente, as mesmas se destacam para compor estatísticas ou índices relacionados ao emprego, à violência, raramente para se pensar a sua cultura e a sua identidade. É preciso questionar o porquê deste preconceito que ainda persiste contra a mulher do Nordeste, seja na realidade do cotidiano ou na ficção da literatura.

REFERÊNCIAS

BAUER, Carlos. **Breve História da Mulher no Mundo Ocidental**. São Paulo: Editora Xamã, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1999.

BUENO, Luís. **Nação. Nações**: Os modernistas e a geração de 30. Via Atlântica, 2004.

CANDIDO, Antonio. **A Revolução de 30 e a Cultura**. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, vol. 2, 4; 1984.

CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira**: momentos decisivos. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**: estudos de teoria e história e literatura. São Paulo: T. A. Queiroz, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia dos mitos brasileiros**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

COMPAGNON, Antonie. **O demônio da teoria**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1986.

COUTINHO, Afrânio (dir.). **José Lins do Rego**. Coleção Fortuna Crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. João Pessoa: Funesc, 1991.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

DUARTE, Constância Lima. **Anais: mulher & literatura**: V seminário nacional:1 a 3 de setembro de 1993. UFRN Ed. Universitária, 1995.

FACINA, Adriana. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FAUSTO; Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. Editora Global, 1937.

HALL, Stuart. **A identidade cultural as pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guerreira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HOLLANDA, Bernardo B. Buarque de. **ABC de José Lins do Rego**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. João Pessoa: SEC, A União, 1994.

PRADO Júnior, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. S. Paulo: Brasiliense, 2004.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

QUINTAS, Fátima. **A mulher e a família no final do século XX**. Apresentação de Mario Souto maior. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2000.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.